- g) Nomear o coordenador de segurança em obra;
- h) Aprovação de Plano de Segurança e Saúde;
- i) Homologar Autos de Receção Provisória e Definitiva referentes às empreitadas;
- j) Autorizar erros e omissões no âmbito dos contratos de aquisição de bens e serviços até ao montante de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) e empreitadas até ao montante de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros);
- k) Autorizar a libertação/liberação de garantias bancárias, no âmbito dos contratos de aquisição de bens e serviços até ao montante de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros) e empreitadas até ao montante de € 150.000,00 (cento e cinquenta mil euros);
- l) Autorizar despachos de condução.

3 — Delegar, com a faculdade de subdelegação, no vogal do conselho diretivo, licenciado Joaquim Manuel Ferreira Vieira e Melo, os poderes necessários para no âmbito dos artigos 7.º e 8.º dos Estatutos, do IGFEJ:

No âmbito do Departamento de Arquitetura de Sistemas (DAS), do Departamento de Serviço de Suporte Tecnológico (DSST) e do Núcleo de Gestão de Clientes e Relações Internacionais (NGCRI):

- a) Autorizar a despesa, a decisão de contratar, a adjudicação e pagamento com aquisição de bens e serviços até ao montante de € 75.000,00 (setenta e cinco mil euros);
- b) Aprovar estudos e projetos sobre a estrutura dos recursos tecnológicos do Ministério Justiça, bem como avaliar as necessidades através da colaboração com os demais serviços e organismos do Ministério Justiça;
- c) Aprovar os projetos de investimento em recursos tecnológicos e desenvolvimento de projetos de investimento em recursos tecnológicos;
- d) Aprovar normas de ordem técnica para lançamento de procedimentos concursais no âmbito da arquitetura de sistemas.
- e) Gerir o mapa de alocação de todos os recursos tecnológicos do Ministério Justiça, em articulação com os demais serviços e organismos;
- f) Garantir a gestão e manutenção dos arquivos de suportes informáticos, bem como das infraestruturas de atribuições de chaves públicas e privadas em articulação com os diversos serviços e organismos do Ministério Justiça;
- g) Aprovar normas/procedimentos relativas a tarefas de rotina a serem executadas pelos utilizadores;
- h) Garantir os níveis de qualidade relativos aos serviços de apoio e atendimento aos utilizadores dos serviços do IGFEJ;
- i) Promover sessões de esclarecimentos sobre os recursos tecnológicos do Ministério Justiça e a sua utilização;
- j) Definir, em articulação com os serviços e organismos do MJ, tipologias de instalações e de equipamentos a utilizar e elaborar base de dados que permitam caracterizar os mesmos;
- k) Promover estudos e projetos sobre a estrutura dos recursos tecnológicos disponibilizados no MJ, em articulação com os demais serviços e organismos.

4 — Em caso de falta, ausência ou impedimento de qualquer dos membros do conselho diretivo, as competências nele delegadas são exercidas nos seguintes termos:

- a) Na falta, ausência ou impedimento da presidente do conselho diretivo, licenciada Albertina Maria Gomes Pedrosa, as suas competências são exercidas pelo vogal, engenheiro Joaquim Manuel Marques Cardoso;
- b) Na falta, ausência ou impedimento do vogal engenheiro Joaquim Manuel Marques Cardoso as suas competências são exercidas pela presidente do conselho diretivo, licenciada Albertina Maria Gomes Pedrosa;
- c) Na falta, ausência ou impedimento do vogal, licenciado Joaquim Manuel Ferreira Vieira e Melo as suas competências são exercidas pela presidente do conselho diretivo, licenciada Albertina Maria Gomes Pedrosa.

5 — Pela presente deliberação ficam ratificados todos os atos praticados pelos membros do conselho diretivo no âmbito das competências delegadas, desde 15 de janeiro de 2015.

29 de abril de 2015. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Dr.ª Albertina Pedrosa*.

208609031

Despacho (extrato) n.º 4996/2015

Considerando a criticidade do sistema CITIUS, e a sua importância para o regular funcionamento dos Tribunais, assim como a escassez de recursos humanos existente no Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP, nomeei por despacho, de 31 de março de 2015,

em regime de comissão de serviço, ao abrigo do art.º 54 do Estatuto dos Funcionários de Justiça, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 343/99, de 26 de agosto, e após prévia anuência do Senhor Diretor-Geral da Administração da Justiça, os oficiais de justiça abaixo identificados, para fazer face às necessidades de intervenção no referido sistema, com efeitos a partir de 1 de abril de 2015:

Maria do Sameiro Fontes Magalhães de Oliveira Pereira; António José Canhoto Sardinha; António Óscar Dias Amaral Sampaio; Pedro Jorge Nunes de Oliveira.

4 de maio de 2015. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Dr.ª Albertina Pedrosa*.

208613705

Despacho (extrato) n.º 4997/2015

Por deliberação do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P., de 5 março de 2015, ao abrigo do disposto no n.º 4, do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, com a última redação introduzida pela Lei n.º 68/2013, de 29 de agosto, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente da Administração Central, Local e Regional do Estado (EPD), foi determinada a cessação da comissão de serviço da licenciada Ana Maria Vicente da Silva Horta do cargo dirigente que ocupava, em regime de substituição, como Diretora do Departamento de Gestão Financeira, com efeitos a 15 de fevereiro de 2015, em virtude de ter sido designada para exercer funções de adjunta do Gabinete do Senhor Secretário de Estado da Justiça.

4 de maio de 2015. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Dr.ª Albertina Pedrosa*.

208613851

Instituto dos Registos e do Notariado, I. P.

Aviso (extrato) n.º 5210/2015

Por meu despacho, de 20 de abril de 2015, foi Ana Bela Martins da Silva Pereira, escriturária na situação de licença sem vencimento, autorizada a regressar ao serviço, para lugar do quadro de pessoal paralelo do município de Viana do Castelo, ficando integrada na Conservatória do Registo Civil do mesmo município, nos termos conjugados do n.º 4 dos artigos 108.º e 109.º e n.º 1 do artigo 112.º do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro, alterado pela Lei n.º 51/2004, de 29 de outubro e pelo Decreto-Lei n.º 15/2011, de 25 de janeiro, no dia 22 de abril de 2015.

(Não carece de visto do Tribunal de Contas)

27 de abril de 2015. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Ascenso Nunes da Maia*.

208607858

Deliberação n.º 797/2015

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 148/2012, de 12 de julho, conjugado com o artigo 21.º, n.º 1, alínea a), da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e do artigo 35.º do Código do Procedimento Administrativo, sem prejuízo, do disposto no n.º 3 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 148/2012, de 12 de julho, das competências que lhe forem cometidas por lei, ou nele delegadas ou subdelegadas por membro do Governo, o Conselho Diretivo do Instituto dos Registos e do Notariado, I. P., deliberou em reunião realizada em 30 de março de 2015 delegar no seu presidente, Licenciado José Ascenso Nunes da Maia, com a faculdade de subdelegar, dentro dos limites previstos na lei, a competência para a prática dos seguintes atos:

1 — No âmbito do Gabinete de Controlo de Gestão e Relações Externas (GCGRE) e do Departamento de Identificação Civil (DIC), decidir e despachar todos os assuntos e assinar a respetiva correspondência.

2 — No âmbito do Departamento de Gestão e Apoio Técnico-Jurídico aos Serviços de Registo (DGATJ) e, dentro deste, do Setor Técnico-Jurídico dos Serviços de Registo (STJSR), decidir e despachar todos os assuntos e assinar a respetiva correspondência, designadamente:

a) Decidir processos de recurso hierárquico das decisões relativas a atos de registo e processos especiais da competência dos serviços de registo;

b) Decidir processos de impugnação graciosa dos atos e processos especiais dos serviços de registo do IRN, I. P.;

c) Decidir sobre as informações prestadas no âmbito de consultas sobre matérias compreendidas nas atribuições do IRN, I. P., formuladas